“Educação securitária reduz o gap de proteção e fortalece a resiliência do país”, declara diretora do IRB(Re)



Entrevista Eduarda de La Rocque, diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade do IRB(Re)

Em conversa com o Instituto de Inovação em Seguros e Resseguros da Fundação Getulio Vargas (FGV IISR), Eduarda de La Rocque, diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade do IRB(Re), destacou a importância do resseguro e os principais desafios do mercado brasileiro, entre eles o “gap de proteção” evidenciado por eventos climáticos extremos.

Ela também ressaltou as iniciativas de educação securitária e o papel das parcerias com universidades e governos na criação de tecnologia, regulação e novos produtos, como soluções paramétricas e linhas de desembolso rápido para catástrofes.

Além disso, comentou o recente *turnaround* do IRB(Re), as ações voltadas à gestão de riscos climáticos e o lançamento do Centro Brasileiro de Estudos de Risco e Resiliência, que será inaugurado em conjunto com o Observatório de Riscos Climáticos, iniciativa realizada em parceria com o FGV IISR.

FGV IISR: Em termos gerais, o que faz o IRB(Re) e por que sua atuação é importante no Brasil?

Eduarda de La Rocque: O IRB(Re) é o maior ressegurador do país. Resseguradoras têm como clientes as seguradoras. O resseguro é seguro das seguradoras. nós “seguramos as seguradoras”, protegendo sua liquidez e capacidade de pagar sinistros relevantes. Em riscos massificados, como seguro de automóvel, muitas vezes, não há necessidade de resseguro. Já em riscos grandes e complexos, como o de plataformas de petróleo, uma única seguradora não consegue suportar um sinistro potencial sozinha. Por isso, divide-se o risco via resseguro. Nossa carteira pode ser vista como um portfólio de opções e oferecemos capacidade financeira ao ecossistema segurador.

FGV IISR: Quais os principais desafios atuais do IRB(Re) e do mercado brasileiro de resseguro?

Eduarda de La Rocque: O principal desafio é reduzir o “gap de proteção” da sociedade brasileira. A tragédia no Rio Grande do Sul teve perdas estimadas em R$ 110 bilhões, mas apenas 6% tinham cobertura. Em economias desenvolvidas, a proteção de ativos chega a mais ou menos 80%. No Brasil, seguro residencial e seguro para negócios têm penetração baixa; o agro também está subprotegido.

Outro ponto é a assimetria fiscal entre as resseguradoras locais e as admitidas/eventuais estrangeiras, que nos coloca em desvantagem e estimula operações de *fronting*, que promovem a exportação da poupança nacional. É um tema que já está na agenda do Ministério da Fazenda, com expectativa de correções no âmbito da reforma tributária.

Além disso, há desafios regulatórios, de educação e comunicação para formar demanda, além do ambiente macro (estabilidade jurídica e queda dos juros). Juros muito altos desincentivam a compra de seguros, pois muitos preferem “deixar o dinheiro render” e arcar com o evento se ocorrer, o que freia o desenvolvimento do mercado segurador.

FGV IISR: Por que o gap de proteção persiste no Brasil?

Eduarda de La Rocque: Falta mercado - ou seja, demanda e oferta. O Brasil tem mercado segurador perto de 3% do PIB, enquanto alguns países chegam a aproximadamente 10%. A CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras) tem a ambição de elevar gradualmente essa participação para 6% do PIB. Em busca de reduzir o gap, precisamos desenvolver produtos - inclusive para estados e municípios, com suporte de bancos de desenvolvimento -, agilidade de desembolso em catástrofes, melhor comunicação, formação de profissionais e segurança jurídica.

Hoje, na prática, o Tesouro Nacional acaba como o “grande ressegurador”, porque a conta final recai sobre todos nós. Prevenir é melhor que remediar: mercados seguros exigem precauções, elevam a resiliência climática e promovem justiça climática.

FGV IISR: Por que a sociedade não internaliza a importância de estar segurada?

Eduarda de La Rocque: É um mix de cultura, formação, comunicação e confiança. Há a percepção de insegurança jurídica: “será que a seguradora paga?”. Repare, não é uma desconfiança específica do mercado segurador, mas de tudo no Brasil. Isto faz parte do custo Brasil, que faz com que tenhamos um dos maiores juros reais do planeta. E estes altos juros são também um fator de inibição para o mercado. Precisamos de um esforço de longo prazo: educação, capacitação, autorregulação - à semelhança do que a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) promoveu no mercado financeiro. Também é necessário comunicação consistente para formar mercado.

FGV IISR: Qual o papel da academia para ajudar a solucionar os desafios do setor de seguros e resseguros?

Eduarda de La Rocque: Central. Defendemos o modelo tríplice hélice: setor público, setor privado e academia atuando em conjunto, especialmente em riscos climáticos e emergentes, que pedem novas tecnologias, como satélites, IA, dados em alta resolução e investimentos compartilhados.

Planejamos a criação de um centro de articulação entre academia, setor privado, setor público e sociedade civil. Na verdade, propomos um modelo de desenvolvimento territorial que congrega seis hélices, pois a sociedade civil seria nesta metodologia dividida entre setor internacional, associações de classe e a própria população, que também tem que ser diretamente envolvida. Queremos promover a capacitação por meio de educação securitária.

FGV IISR: O que é "educação securitária"?

Eduarda de La Rocque: É um ramo da educação financeira voltado ao setor de seguros que requer muito da ciência atuarial. Trata de como modelar sinistros e incertezas, tanto do ativo (carteira de investimentos) quanto do passivo (responsabilidades de pagamento de sinistros), em que as distribuições não seguem padrões simples e exigem técnicas atuariais específicas. O ideal é modelar conjuntamente ativos e passivos, respeitando suas correlações: não basta somar riscos.

FGV IISR: Pode explicar sobre o curso realizado pelo IRB(Re) na Escola de Verão do IMPA e sua conexão com educação securitária?

Eduarda de La Rocque: Promovemos um curso do IRB(Re) na Escola de Verão do IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada), promovemos a vinda do professor Jan Dhaene, referência europeia em *risk management* aplicado a seguros e em integração entre modelagem financeira e atuarial. A indústria financeira evoluiu antes (Acordos de Basileia) e, após 2008 (com perdas relevantes como a da AIG - American International Group), o setor de seguros acelerou modelos de solvência.

O curso foi desenhado para alunos de excelência, como estudantes do IMPA e colaboradores do IRB(Re). Ocorreu durante uma semana e foi gratuito para alunos do Brasil com sólida base em estatística, probabilidade e matemática. A estratégia é formar novas gerações e recapacitar profissionais, uma ação concreta de educação securitária.

FGV IISR: Como você vê a parceria do IRB(Re) com o FGV IISR para promover educação securitária no Brasil?

Eduarda de La Rocque: Fundamental, e com espaço para aprofundar. Além de iniciativas com a Universidade da Dinamarca para seguros paramétricos no agro, vamos lançar um Observatório de Riscos Climáticos em parceria com a FGV, somando esforços em pesquisa aplicada, regulação, capacitação e disseminação de melhores práticas. O agro tem baixa cobertura; ampliar a proteção com produtos eficientes (e não apenas crédito) é crítico para o desenvolvimento do país.

FGV IISR: Qual é o objetivo do Observatório de Riscos Climáticos? E quando será lançado?

Eduarda de La Rocque: O Observatório nos apoiará em pesquisa aplicada, na capacitação, na criação de grupos de trabalho para melhorar a regulação, em trazer professores e divulgar melhores práticas internacionais, tudo com foco em reduzir o gap de proteção por meio de educação e comunicação. O lançamento ocorrerá junto com o nosso Centro Brasileiro de Estudos de Risco e Resiliência, em março.

FGV IISR: O que é o Centro Brasileiro de Estudos de Risco e Resiliência e quais suas frentes?

Eduarda de La Rocque: O Centro reunirá nossas iniciativas em pesquisa e desenvolvimento, com ênfase em riscos climáticos, mas abordando diversos outros temas. Atuamos com a UnB (Universidade de Brasília) em regulação; com a FGV em precificação, otimização, seguros rurais e, agora, em riscos climáticos; e com o IMPA/IMPA Tech em novas tecnologias (dados, IA, métodos avançados). Queremos aproximar estudantes desde o ensino médio, criando uma trilha de formação que siga por graduação, mestrado e, quem sabe, doutorado em atuária, uma área ainda pouco estruturada no Brasil.

FGV IISR: Quais tendências e desafios você enxerga para o setor em 2026?

Eduarda de La Rocque: Dois eixos centrais: a reforma tributária, que exigirá adaptação do setor e é vital para corrigir assimetrias entre resseguradoras locais e admitidas/eventuais, almejando justiça tributária; e os riscos climáticos, cada vez mais frequentes e intensos, que ainda não são adequadamente modelados, inclusive no crédito. A proposta é incorporar mudanças climáticas como um “sexto C” na análise de crédito (além dos tradicionais 5 Cs: Caráter, Capacidade, Capital, Colateral e Condições). Parcerias como as que estamos estabelecendo com a FGV serão essenciais para avançar nessa agenda.

Fonte: FGV/Insightnet, em 12.02.2026